



AT
Cl

Reunião Extraordinária – Ata nº 01/2012

Data – 17-09-2012

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.17 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, para análise e discussão dos seguintes pontos da ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Análise da petição apresentada pela freguesia de São Facundo, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de São Facundo por Manuel Duarte Alves e outro;

A Presidente da Câmara na sequência da petição acima mencionada, apresentou a seguinte proposta de deliberação:

"I - Foi apresentada por Freguesia de São Facundo, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de São Facundo por Manuel Duarte Alves e outros, através de mandatário, petição à Câmara Municipal de Abrantes, no sentido de que " oficie a Sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, requerendo que, excecionalmente se mantenha em funcionamento a Escola Básica de S. Facundo, até se concluir o processo, a iniciar de reavaliação da Carta Educativa". O Direito de Petição, em execução do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, está regulamentado na Lei 43/90 de 10 de Agosto. Nos termos do artigo 8º,o exercício do direito de petição obriga a entidade destinatária a receber e examinar as petições, representações, reclamações ou queixas, bem como a comunicar as decisões que forem tomadas.

Neste sentido, nos termos do artigo 13º nº 1, ao órgão CMA compete tomar uma posição, "com a máxima brevidade, compatível com a complexidade do assunto nela versado". No mesmo sentido aponta o artigo 9º do CPA.

O itinerário formal de decisão, obriga, desde logo, à ponderação da receção ou indeferimento liminar. E prevê o artigo 12º nº 1:

" 1 - A petição é liminarmente indeferida quando for manifesto que:

- a) A pretensão deduzida é ilegal;
- b) Visa a reapreciação de decisões dos tribunais ou de atos administrativos insuscetíveis de recurso;
- c) Visa a reapreciação, pela mesma entidade, de casos já anteriormente apreciados na sequência do exercício do direito de petição, salvo se forem invocados ou tiverem ocorrido novos elementos de apreciação.

2 - A petição é ainda liminarmente indeferida se:

- a) For apresentada a coberto de anonimato e do seu exame não for possível a identificação da pessoa ou pessoas de quem provém;
- b) Carecer de qualquer fundamento."

Ora sobre o que se deva entender por a "pretensão deduzida é ilegal", parece-nos que se deve entender que tal ocorre em situação de manifesta ilegalidade, sob pena de se pretender reconduzir a decisão quanto aos fundamentos, carecidos da devida análise, para a apreciação liminar, com a consequência de inutilidade da fase do "ajuizar sobre os fundamentos invocados" exigida pelo artigo 13º.

II - No caso, parece-nos justificar alguma análise dos fundamentos da petição.

1- A petição invoca como argumentos fundamentais o facto de o Ministério da Educação (DRELVT), no âmbito da resposta ao Tribunal Administrativo de Leiria - processo 1015/12.1 BELRA, admitir dois pressupostos para o eventual funcionamento da Escola de São Facundo deste Município, que antes constava como a encerrar, conforme o Movimento Anual da Rede Escolar - MARE, procedimento levado a efeito pela DRELVT em articulação com o ex- GEPE, atual DGPGF, que se concluiu com a homologação por parte da Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira, em 2012-07-17.

Com efeito, o Ministério da Educação (DRELVT) na contestação no processo 1015/12.BELRA afirma expressamente, no artigo 3º, o seguinte: A) "O Ministério da Educação e Ciência encontra-se disponível para autorizar a título excecional o funcionamento da Escola Básica de São Facundo";

B) Por outro lado, "acrescenta-se, no artigo 4º que "tal autorização excecional carece de requerimento da Câmara Municipal de Abrantes a solicitar tal pretensão, uma vez que com a transferência de competências para os municípios em matéria de educação, conforme artigo 19º do Decreto-Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, artigo 14º do Decreto-Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto, e artigo 22º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, o Ministério da Educação e Ciência não pode decidir autonomamente".

2- Ora a disponibilidade é manifestada em peça judicial ainda que se deduza que será para ser decidida pelas autoridades administrativas. e a CMA, que não é parte do

Acta da reunião de 17 de setembro de 2012

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

processo judicial, vem a ter conhecimento dessa disponibilidade pela informação trazida a partir do processo, que, não deixa de considerar, ainda que a via administrativa deva ser tratada autonomamente da discussão judicial.

2.1 Conforme referido, o contexto de fundo da decisão de encerramento ou não da Escola de S. Facundo encontra-se no Movimento Anual da Rede Escolar – MARE, procedimento levado a efeito pela DRELVT em articulação com o ex- GEPE, atual DGPGF, que se concluiu com a homologação por parte da Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira, em 2012-07-17.

Não é apresentada fundamentação para a autorização de funcionamento a título excecional, 2.2 Também não é apresentada a fundamentação para o requerimento da Câmara Municipal em situação não abrangida pela Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010 de 14/10. É consabido que autarquias têm as suas competências próprias, sedimentadas designadamente através dos diplomas de transferência de competências. E de acordo com o art.º. 19º, nº 1, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, compete ao Município a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas do ensino básico. Também nos termos do Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de julho, foram transferidas para os municípios as atribuições e competências em matéria de educação (e no que aqui releva) na área do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar (cfr. art. 2º, nº 1, a) do diploma). Porém, não se depreende de tais diplomas a gestão global do setor da educação do ensino básico por parte dos municípios. Os órgãos municipais têm, pois, competências, específicas, que não podem invadir as do Ministério da Educação. Também não se retira daqueles diplomas que o Município deva apresentar requerimento para desencadear atuação do Ministério da Educação em matéria da competência própria, mesmo exclusiva. Temos que constatar o que especialistas referem na diferenciação das competências e reserva própria do Ministério da Educação. Refere Pedro Miguel David dos Santos Lopes que "embora a legislação produzida nos últimos trinta e cinco anos tenha conferido às autarquias uma maior intervenção em vários domínios da vida pública, em matéria educativa o quadro legal de competências próprias e delegadas, bem como o respetivo financiamento, manteve-se quase inalterado. O poder local, no que respeita à educação, continuou a exercer-se sobretudo ao nível da execução das tarefas mais pobres da logística educativa."

2.3 Acresce que estando vinculado às medidas preconizadas na Carta Educativa, (sobre que já foi aprovada em 30/8/2010 proposta de revisão da Carta Educativa) o Município de Abrantes teve que atempadamente proceder à execução do novo Centro Escolar de Bemposta, que exigiu os tempos de planeamento, de projeto e de execução de obra, com o objetivo de oferta de uma escola de qualidade a todos os seus alunos, dotada de espaços, serviços, equipamentos e materiais que claramente possam responder às suas necessidades. Uma atuação em sentido contrário à atuação planeada dos órgãos municipais, por parte dos mesmos órgãos, em execução da carta educativa, em conformidade com estudos e pareceres emanados nomeadamente no âmbito do apoio ao QREN para a construção do novo Centro Escolar alternativo à Escola de São Facundo, ainda que se pudesse entender no exercício de poderes discricionários, não poderia deixar de ser considerada desvio de poder, ou seja ilegalidade. Recorde-se que

a alocação de verbas pressupôs determinado dimensionamento, atendendo à aglutinação das escolas previstas.

2.4 Mais, perante desrespeito dos pressupostos da disponibilização de verbas do QREN poderá questionar-se sobre a eventual obrigação de devolução das mesmas.

3- Anota-se que, entretanto, porque tais pressupostos suscitaram dúvidas de interpretação jurídica e política, e que ora são utilizadas no exercício do direito de petição apresentado à Câmara Municipal pelos mesmos autores da providência cautelar, foram solicitados esclarecimentos ao Ministério da Educação, nos seguintes termos:

1. Qual a fundamentação para a autorização de funcionamento a título excecional ora admitida pela DREL
2. Qual a fundamentação de fato e de direito para apresentação pela Câmara Municipal de requerimento para ser concedida a autorização de funcionamento a título excecional
3. Por fim questiona-se se o Ministério da Educação tomou a resolução ao abrigo do artigo 128º da Lei 4-A/2003 de 19 de Fevereiro, de reconhecimento de que o diferimento da execução do ato administrativo do MARE seria gravemente prejudicial para o interesse público.
4. Feitas contas sumárias, constata-se que a manutenção em funcionamento da Escola de S. Facundo exige verbas do orçamento municipal no montante 12.000,00€, questionando-se sobre quem se responsabiliza pelos acréscidos encargos.

Considerava-se que estas questões têm crucial importância em ordem à perceção por parte do município se o ato de homologação do MARE- Movimento Anual da Rede Escolar se executa imediatamente quanto à escola envolvida ou se se suspende, pois o município está envolvido na logística inerente à transferência dos alunos para o novo Centro Escolar de Bemposta (transportes, atividades de enriquecimento curricular e refeições).

III - Em conclusão: 1- Tendo em conta o princípio da decisão, previsto no artigo 9º do CPA, deve a CMA pronunciar-se sobre a petição apresentada, em que se solicita que "oficie a Sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, requerendo que, excecionalmente se mantenha em funcionamento a Escola Básica de S. Facundo, até se concluir o processo, a iniciar de reavaliação da Carta Educativa".

2- O sentido da deliberação deve ser consentâneo com a fundamentação considerada adequada, que não dará provimento ou dará, consoante adotar a fundamentação sucintamente enunciada em II - 2.1 a 2.4, ou outra que merecer melhor relevância."

Em face do exposto, a Presidente da Câmara referiu não restarem dúvidas em relação a este processo, e passou a palavra à vereadora da Educação, para que desse conta de todas as diligências que foram levadas a efeito desde sexta-feira, data de início do ano escolar até hoje, para que o executivo tenha conhecimento de todas as iniciativas realizadas pelo pelouro da educação e da forma como todo o processo se desenrolou

AP
Cl

A vereadora Celeste Simão começou por informar que, na semana anterior ao início do ano letivo, se deslocou à Câmara Municipal de Abrantes (CMA) uma encarregada de educação, residente em Barrada, dizendo que não tinha transporte para se deslocar à reunião de pais no Centro Escolar de Bemposta, quando a mesma se efetuasse.

No dia 12 de setembro, a encarregada de educação da Barrada, D. Elsa, contactou várias vezes a CMA, insistindo que a reunião de pais era dia 14 às 17h30 e que os pais da Barrada não tinham transporte. Foi entretanto informada, pela referida encarregada de educação, que nos anos anteriores, quem ia buscar os pais nestas ocasiões era o Sr. Presidente de Junta ou o próprio professor.

Desta forma, a CMA decidiu disponibilizar o seu autocarro de 50 lugares para todos os encarregados de educação e alunos que não tivessem transporte fazendo o percurso Barrada, Vale Zebrinho, S. Facundo, Bemposta.

Foi contactada a D. Elsa, da Barrada, para se acertarem horários e os locais de passagem desse transporte.

Também se contactou a Sra. Presidente da associação de pais, D. Florbela Barreto para a informar da disponibilidade do transporte para quem necessitasse. A mesma referiu que os alunos não iam à escola, mas que os pais iam reunir na escola de S. Facundo para tomarem uma decisão sobre o que iriam fazer de futuro.

Foi transmitido ao Sr. Presidente da Junta de S. Facundo, o horário dos transportes, que informou que tal não era necessário porque os pais não iriam estar presentes.

O circuito do transporte foi efetuado, sem ter sido utilizado por ninguém.

Referiu ainda que se disponibilizou a estar presente na reunião de pais, no Centro Escolar de Bemposta, para a qual foram convidados também a estarem presentes os Srs. Presidentes de Junta da Bemposta, S. Facundo e Vale das Mós. Não esteve presente nenhum representante do Agrupamento. Não esteve presente o Sr. Presidente da Junta de S. Facundo.

Mais referiu que teve oportunidade na referida reunião de reforçar que dado que o Centro Escolar acolhia crianças oriundas de três freguesias, era importante o reforço do elo de ligação entre as mesmas. Reforçou ainda a qualidade deste novo equipamento, das suas valências e frisou que no âmbito das suas competências, a CMA tudo fará para que aquela escola seja uma escola onde as crianças gostem de estar, apelando sempre à ligação entre as diferentes comunidades.

No final da referida reunião, foi rececionado na CMA, um fax da DRELVT informando que o Ministério da Educação tinha juntado ao processo da providência cautelar uma Resolução Fundamentada que, em resumo, determinava a execução do ato subjacente ao MARE (homologação da transferência da Escola de S. Facundo para a Bemposta) até que haja decisão do Tribunal relativamente à providência cautelar apresentada.

Referiu que de imediato deu conhecimento do facto ao Sr. Presidente de Junta de S. Facundo bem como, à Sra. Presidente da associação de pais de S. Facundo, D. Florbela Barreto.

Da conversa telefónica mantida com a Sra. Florbela pareceu-lhe existir alguma falta de informação acerca de todo este processo, dado que lhe foram colocadas questões que anteriormente já tinham sido esclarecidas inclusivamente numa reunião com a Sra. Presidente da Câmara, onde estiveram presentes, o Sr. Presidente da Junta, Vereador Carlos Arês, o Dr. José Amaral, o Dr. José Pedro (diretor de departamento da CMA) e um representante dos pais de S. Facundo.

Estranhou as questões que lhe foram levantadas pela Presidente da Associação de Pais, não podendo evitar de lhe perguntar se alguma vez tinha falado com o Dr. José Amaral. Respondeu

AP1
C1

que nunca falou com o Sr. por ter um comércio aberto e estes assuntos terem sido tratados sempre por um representante.

A Vereadora Celeste informou que aconselhou a Presidente da Associação de Pais a procurar o Dr. José Amaral, para que se pudesse esclarecer melhor sobre todo este processo da providência cautelar e sobre as suas implicações, tendo em conta a sua posição de presidente da associação.

Respondeu-me a uma dada altura "sabe eu sou uma só... e tenho que respeitar as ideias de todos". Mais referiu que tendo questionado a Presidente da Associação de Pais se ela não sabia que o encerramento da escola era um processo que ia acontecer, a mesma respondeu que sim, mas que nunca pensou que fosse já. Inclusivamente referiu ter estado na CMA quando foi apresentado o projeto do Centro Escolar de Bemposta e que percebeu que o referido centro iria acolher as crianças das freguesias de Bemposta, Vale das Mós e S. Facundo.

Perguntei-lhe ainda porque deixa que passe para a opinião pública, especialmente para a comunidade de S. Facundo, que este processo não foi transparente e foi sem o conhecimento dos interessados?

Da conversa mantida com a Presidente da associação de Pais referiu a Vereadora que, de acordo com a sua própria interpretação, percebeu que o que estava em causa era simplesmente a manutenção de um edifício aberto e que a comunidade sentia o seu encerramento como uma perda. Não deixando de perceber este sentimento, não pode deixar de partilhar que da conversa mantida com a Presidente da Associação de Pais sentiu muita confusão de ideias, muitas conversas desarticuladas, muito desconhecimento da situação e de que como Presidente de uma associação de pais a postura teria de ser mais interventiva, talvez por isso mesmo, até o agrupamento de escolas desconhecia esta associação.

A Vereadora informou que hoje, dia 17 de setembro, o circuito de transportes escolares teve o seu início mas, em qualquer dos locais pertencentes à freguesia de S. facundo os pais recusaram-se a deixar entrar os seus educandos.

Contactado o Sr. Presidente da Junta de S. Facundo, o mesmo informou que provavelmente só iriam se lá fosse alguém da Câmara ou do Agrupamento. Perante este facto a Vereadora informou que quanto ao Agrupamento não era da sua competência mas que da Câmara não iria ninguém, tendo de seguida dado ordem para o autocarro prosseguir o seu trajeto porque as outras crianças não poderiam ser prejudicadas.

Informou ainda que, mais tarde, foi contactada pelo Presidente da Junta de Freguesia, dizendo o mesmo que o fax da DRELVT era ilegal, pelo que a Vereadora solicitou aos serviços que remetessem cópia do mesmo à Junta de Freguesia. Após novo contacto solicitando apoio na interpretação do referido fax, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou que após ter sido contactado o o Dr. José Amaral, e de acordo com o que o mesmo aconselhou, no dia 18, os alunos já iriam à escola, solicitando transporte da CMA para deslocar os pais, que não têm transporte, para uma reunião na Bemposta, uma vez que já tinha sido solicitado ao Agrupamento a repetição da reunião de dia 14.

O Sr. Presidente foi informado que não era possível satisfazer este pedido porque os autocarros da CMA se encontravam a efetuar transportes escolares.

Por último, a Vereadora reafirmou que a CMA tem agido sempre neste processo com rigor, articulando com todos sempre que necessário e atempadamente. Reforçou que o principal objetivo de todo este processo é a criação das melhores condições para os alunos do nosso concelho e que são esses os valores, e não outros, que motivam a intervenção da CMA.

AP
CL

A Presidente da Câmara interveio de novo manifestando inteira concordância com a intervenção da vereadora da Educação. Referiu mais nada ter a acrescentar a este processo, aguardando-se a tomada de decisão do Tribunal relativamente à providência cautelar. Reiterou mais uma vez, que ninguém a pode acusar de falta de transparência e coerência, porquanto desde o primeiro momento, foi das pessoas que manteve o seu discurso e não andou ao sabor da opinião pública.

O vereador Carlos Arês começou por solicitar que, lhe fosse facultada cópia de toda a correspondência enviada pela Câmara Municipal à DRELVT, a invocar o interesse público.

De seguida apresentou a seguinte declaração acerca do assunto:

"Foi com surpresa que recebi a notícia do encerramento da Escola Básica de São Facundo.

Em Junho de 2012, tinha solicitado aqui verbalmente a discussão desapassionada do eventual encerramento da Escola de São Facundo e não podia imaginar, nessa altura, que o executivo trabalhava apaixonadamente para conseguir precisamente o encerramento desta Escola.

Quando, em 23 de Julho de 2012, o executivo tomou conhecimento da listagem das escolas a encerrar, entrou em contacto telefónico com a DREL exigindo de forma veemente o encerramento da Escola de São Facundo, indo ao ponto de declarar que considerava estar a ser vítima de uma autêntica perseguição política...

No dia oito de Agosto de 2012, o presidente da Junta de Freguesia de São Facundo tomou informalmente conhecimento da decisão do Ministério da Educação de encerrar a Escola de São Facundo.

Na reunião de Câmara do dia vinte de Agosto de 2012, eu próprio declarei a intenção de auxiliar as pessoas interessadas no requerimento de uma Providência Cautelar destinada a evitar o encerramento da Escola de São Facundo e solicitei à Sr.^a Presidente da Câmara que, levando esse facto em consideração, me informasse sobre se alguma vez, a Sr.^a Presidente ou algum dos seus vereadores, manifestou concordância ou de alguma forma admitiu o encerramento da Escola de São Facundo.

A resposta não podia ter sido mais categórica: NUNCA! Nunca fomos ouvidos pela DREL sobre o assunto. Somos externos ao processo. O encerramento das Escolas depende da DREL e da Lei. Nunca dissemos nada. Nem por escrito, nem verbalmente.

Eu próprio, enquanto vereador, entrei em contacto telefónico com a DREL e fui informado que "a DREL não encerra Escolas sozinha e que esses processos são sempre conduzidos em articulação com os municípios."

Solicitei de imediato à DREL (em 21 de Agosto) que me fossem facultadas cópias dos documentos enviados pela Câmara Municipal de Abrantes relativos ao encerramento da Escola de São Facundo.

Penso que a DREL, com algum gozo aliás, poderá ter enviado cópia para a Câmara de Abrantes do fax em que solicitei as cópias desses documentos com o objectivo de confrontar a sr.^a Presidente da Câmara e a sr.^a Vereadora com as suas próprias afirmações de não existência de qualquer documento a falar do encerramento da Escola de São Facundo.

AP1
CL

A partir desta altura, depois de 21 de Agosto, tornou-se evidente que era falsa a afirmação de que a Câmara Municipal de Abrantes nunca tinha falado com a DREL sobre o encerramento da Escola de São Facundo.

Também a DREL percebeu que a Câmara de Abrantes lhe tinha fornecido informação errada sobre o processo de encerramento da escola de São Facundo e percebeu que a Câmara de Abrantes estava a declarar publicamente que a responsabilidade pelo eventual encerramento da Escola de São Facundo era da única responsabilidade da DREL quando, na prática, andava com "falinhas mansas" a pedir à DREL o encerramento da Escola...

No mínimo é desleal, deselegante. Uma autarquia local, como qualquer organismo público, não pode actuar desta forma, dizendo uma coisa pela frente e outra pelas costas.

Como a verdade acaba sempre por se saber, tomámos conhecimento de alguns ofícios enviados pela C.M.A. à DREL nos quais era pedido o encerramento da Escola de São Facundo. Aqueles ofícios que na reunião de Câmara de 20 de Agosto nunca tinham existido...

Como exemplo paradigmático da actuação da C.M.A. neste caso fica o ofício de 26/01/2012 no qual é afirmado que "os pais, professores, directores de agrupamento, presidentes de junta e comunidade local FORAM OUVIDOS e é UNÂNIME que todos querem o melhor para as crianças e é intenção da comunidade escolar mudar para as novas instalações assim que possível."

Como pode alguém escrever uma afirmação destas sabendo que é falsa?

Entretanto, foi requerida a Providência Cautelar pela Associação de Pais, pela Junta de Freguesia e por mais de duzentos e cinquenta cidadãos de São Facundo.

A DREL convidou a Câmara a pronunciar-se sobre a questão para instruir a sua própria contestação à Providência Cautelar.

A Câmara continuava a manifestar-se estranha ao processo, mas agora já sabíamos que isso não correspondia à verdade e, para prová-lo, aí está a resposta que a Câmara enviou à DREL em 5 de Setembro de 2012.

Com uma resposta de contorcionista, a C.M.A. tentou não pedir expressamente o encerramento da Escola de São Facundo, sacudindo a água do capote mas sempre deixando nas entrelinhas a ideia de que as duas entidades (C.M.A. e DREL) já tinham combinado o encerramento da Escola.

Para surpresa da C.M.A., a DREL não forçou o encerramento da Escola de São Facundo e na sua contestação à Providência Cautelar veio colocar expressamente nas mãos da C.M.A. a possibilidade de a Escola de São Facundo se manter aberta.

Confrontada com esta posição da DREL a C.M.A. não conseguiu continuar a esconder a verdade e decidiu assumir que queria de facto o encerramento da Escola de São Facundo.

Na reunião mantida com o presidente da Junta, o representante da Associação de Pais, comigo e com o advogado dos requerentes da Providência Cautelar, a sr.ª Presidente assumiu finalmente que a C.M.A. pediria ao Ministério da Educação que invocasse o interesse público no encerramento da Escola de São Facundo, impedindo dessa forma que o mesmo continuasse suspenso até à decisão final do processo.

A C.M.A. não quis solicitar à DREL a manutenção da Escola de São Facundo como a própria DREL sugeriu na contestação à Providência Cautelar.

AP1
01

Ou seja, a Escola de São Facundo só fecha porque a C.M.A. quer que feche.

Caiu a máscara da lei e da carta educativa. Como tínhamos dito, era possível manter a Escola de São Facundo aberta enquanto o seu número de alunos o justificasse.

Como interpretar este comportamento da C.M.A.?

Em primeiro lugar, tiveram razão os pais quando afirmaram que a C.M.A. os tinha traído. Tiveram razão em tudo o que disseram no seu comunicado. Rigorosamente em tudo.

Em segundo lugar, a questão não se prende apenas com o encerramento da Escola. Se assim fosse, a C.M.A. teria concordado com a manutenção da Escola aberta. O problema é mais vasto e envolve o posicionamento do executivo municipal face à freguesia de São Facundo no âmbito da reforma autárquica em curso. Em tudo isto há um prémio político para a freguesia de Bemposta e um castigo político para a freguesia de São Facundo, garantindo o seu prévio esvaziamento de serviços. Daí a pressa no encerramento da Escola. Tinha que ser já ou poderia ser que isso já não acontecesse.

Em resumo, o executivo da C.M.A. traiu a confiança e a lealdade da população de São Facundo. Traiu a lealdade e a confiança do executivo da Junta de Freguesia. Traiu a minha lealdade e a minha confiança enquanto vereador. Numa expressão, não estive à altura das circunstâncias.

Citando uma conhecida expressão:

- Pode enganar-se algumas pessoas durante muito tempo.*
- Pode enganar-se muitas pessoas durante algum tempo.*
- Não pode enganar-se toda a gente durante o tempo todo."*

A Presidente da Câmara referiu que a irresponsabilidade desta matéria, vai ao ponto de prejudicar os interesses das crianças, bem como as capacidades e competências da Câmara Municipal, até porque o senhor vereador, na sua declaração, faz declarações graves, porque retira-as do contexto e deturpa-as de maneira a transformar aquilo que é a ação municipal, naquilo que lhe convém que seja uma realidade factual e que não deixa de ser apenas uma exposição meramente política.

Esclareceu ainda que, a Câmara Municipal, não trocou correspondência oficial sobre este assunto, o que existe sim, é uma apresentação clara do ponto de situação relativamente a um conjunto de centros escolares, onde se fala sobre a aplicação da carta educativa e, neste caso, quem está em falta, é a DRELVT que deveria ter perguntado atempadamente à Câmara Municipal o que pretendia fazer sobre esta questão e não o fez, porquanto entendeu que um conjunto de e-mails trocados, serviriam para tomar decisões e isso, não é verdade.

Disse ainda que a posição da Câmara Municipal é clara e não é dúbia, referindo que foi solicitado à DRELVT e ao Ministério da Educação, que informassem sobre as condições para manter a escola de São Facundo a funcionar em regime de exceção, sendo que, até à presente data a DRELVT, ainda não comunicou à Câmara Municipal, nem ao agrupamento, o que pretende fazer com esta matéria. O que a DRELVT sabe é que, os professores foram colocados no centro escolar de Bemposta.

Referiu ainda que, efetivamente, se trata de uma decisão política, mas que a autarquia ao poder tomá-la, incorre em violação da lei.

AP
01

Por último, disse que, quando o Ministério da Educação, colocar por escrito uma decisão sobre este assunto, a mesma será presente a reunião, para que todo o executivo se pronuncie sobre a manutenção da escola.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho e o voto contra do Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, com os fundamentos da proposta, delibera-se não dar provimento à petição apresentada, no sentido de, a Câmara Municipal requerer que excecionalmente se mantenha em funcionamento a Escola Básica de São Facundo, pois o seu encerramento, ou não, é da competência do Ministério da Educação, competindo somente à Câmara Municipal de Abrantes, a realização das diligências logísticas, de acordo com a legislação vigente e com a carta educativa.

Os vereadores do PSD Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho apresentaram, a seguinte declaração:

"Conforme temos deixado claro desde que apresentámos a nossa candidatura à Câmara Municipal de Abrantes, os vereadores eleitos pelo PSD são abertamente contra a política socialista abrantina de esvaziamento das freguesias, designadamente do encerramento das escolas nas freguesias.

No entanto, não pudemos deixar de reconhecer, face às sucessivas tomadas de posição das outras forças políticas e dos presidentes das Juntas de Freguesia, que, no concelho de Abrantes, havia um grande consenso na construção dos Centros Escolares, os quais implicavam necessariamente o encerramento das escolas das freguesias rurais.

Com efeito, não fazia sentido concentrar recursos na construção dos Centros Escolares e, depois, reabilitar e manter em funcionamento, com um mínimo de qualidade, as referidas escolas das freguesias rurais.

Em face desse consenso generalizado, os vereadores eleitos pelo PSD não puderam deixar de votar favoravelmente a construção dos Centros Escolares, designadamente do Centro Escolar da Bemposta, bem sabendo, como todos os outros vereadores, que tal implicaria o encerramento da Escola de S. Facundo.

É por isso com alguma surpresa que assistem agora ao surgimento deste movimento contra a decisão do encerramento da escola de S. Facundo quando o Centro Escolar da Bemposta já está construído.

No entanto, o que mais nos incomodou e preocupa foram as acusações extremamente violentas e graves contra a presidente da câmara, acusando-a de má fé na omissão intencional de informação relevante neste processo, para mais proferidas por um vereador que, durante os três anos de mandato, esteve sempre em total sintonia com a senhora presidente da câmara, havendo mesmo entre ambos uma estranha cumplicidade, pelo que não pode deixar de saber do que fala.

Face às teor das acusações acima referidas de que houve informação que intencionalmente sonogada pela senhora presidente da câmara, os vereadores eleitos pelo PSD não podem deixar de se abster nesta matéria."

O Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, apresentou declaração do seguinte teor:

APT
e1

"Já adivinhava que fosse utilizado contra mim o meu voto favorável e sem reservas expressas à construção do Centro Escolar da Bemposta.

Compreendo que a circunstância de não ter formação jurídica represente uma dificuldade acrescida para aqueles que a não têm, mas o bom senso sempre poderá ajudar a encontrar a explicação.

Reafirmo hoje que fui e continuo a ser favorável à construção do Centro Escolar da Bemposta.

Reafirmo hoje que fui e continuo a ser contra o encerramento imediato da Escola de São Facundo.

Não era possível fazer qualquer declaração de voto ressaltando a manutenção da Escola de São Facundo, uma vez que o número de alunos desta Escola era necessário para validar a construção do Centro Escolar na Bemposta.

Aquilo que sempre considerei e continuo a considerar é que a Escola de São Facundo apenas deveria encerrar quando o número dos seus alunos se consolidasse abaixo do mínimo legalmente considerado.

E seria isso que teria acontecido este ano se a C.M.A., em segredo, não tivesse pedido e insistido com a DREL para encerrar a Escola de São Facundo.

E teria sido isso que teria acontecido, mesmo depois do Ministério da Educação, a pedido da C.M.A., ter declarado o encerramento da Escola de São Facundo se a C.M.A. tivesse aceitado requerer o seu funcionamento.

Em resumo, eu e população de São Facundo aceitamos que os alunos de São Facundo sejam integrados no Centro Escolar da Bemposta quando o número de alunos, de forma consolidada, assim o determinar.

É a C.M.A., e mais ninguém, quem está a impedir que assim aconteça."



Ponto 2 - Atribuição de despesas de representação aos dirigentes municipais, ao abrigo do artigo 24º nº 2 Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei nº 49/2012 de 29/08. - 89185
A Presidente da Câmara apresentou uma informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças, datada de 14 de setembro de 2012, dando conta que em 29 de Agosto de 2012, foi publicada a Lei nº49/2012 de 29/8 que contém a alteração ao estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais e dos serviços municipalizados.

Há matéria cuja adaptação deve ser levada a efeito até 31 de Dezembro de 2012. Contudo, alguns dos seus preceitos, no que se refere, por exemplo, ao recrutamento, competências e remunerações entram imediatamente em vigor, a saber no dia seguinte ao da sua publicação (vg. artº 28º).

Nos termos do nº 1 do artigo 24º da Lei nº49/2012 de 29/8," aos titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º graus podem ser abonadas despesas de representação, e no nº 2 prevê-se que a atribuição de despesas de representação nos termos do número anterior e da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal."

Também ao abrigo da alínea a) do nº6 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18/9, compete à câmara municipal apresentar a assembleia municipal propostas e pedidos de autorização.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de despesas de representação aos dirigentes municipais, ao abrigo do artigo 24º nº 2 Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei nº 49/2012 de 29/08, nos termos da referida informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças.

207

21

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Ponto 3 - Análise da resposta da RPP Solar sobre a deliberação de 20 de agosto de 2012.

A Presidente da Câmara, na sequência da exposição apresentada pela RPP – Solar Energias Solares, S.A., em 13 de Setembro de 2012, apresentou a seguinte proposta de deliberação:

- a) Criar uma comissão técnica de acompanhamento por parte da Câmara Municipal, constituída por um elemento técnico e um jurista, com início de funções a partir da presente data. Para esse efeito, convoca-se desde já o promotor, para uma reunião com a referida comissão técnica de acompanhamento, no dia 20/09/2012, pelas 15h.
- b) Aceitar a garantia bancária no valor de 1.136.414,00€ até 31/03/2013, devendo o promotor, até esta data, tornar livre de todos os ónus e encargos que recaírem sobre o terreno. Igualmente até 31/03/2013, a Câmara Municipal e Assembleia Municipal irão deliberar sobre a definição das condições para conclusão do investimento.
- c) Informar de que em caso de incumprimento, por parte do promotor, quanto à data de início de laboração até final de Janeiro de 2013, a Câmara acionará a garantia bancária, declarando forçosamente a caducidade do procedimento.
- d) Informar por último, que se autoriza a prorrogação da entrega da garantia bancária até ao dia 15/10/2012, sublinhando-se que se trata da última prorrogação de prazo que a Câmara Municipal concede, considerando o carácter contraditório entre a informação prestada pelo promotor no âmbito do processo e a veiculada por este, designadamente através dos meios de comunicação social.

Deliberação: Por maioria com os votos contra dos vereadores do PSD, aprovada a proposta apresentada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, entregaram a seguinte declaração de voto:

"A Câmara anda há dois anos a conceder à RPP Solar sucessivas prorrogações do prazo, a pedido desta e com o fundamento em promessas nunca cumpridas. Ainda o ano passado o prazo concedido na reunião de 15 de Setembro de 2011 foi prorrogado até ao dia 17 de Janeiro de 2012 em virtude de a carta a conceder a prorrogação do prazo apenas ter sido rececionada pela RPP Solar no final de Outubro de 2011. Agora, pelos vistos, voltam a ser os CTT os responsáveis pelo atraso na receção da carta. Acontece que não é crível que o promotor apenas tenha tido conhecimento do prazo concedido através da carta que lhe foi enviada, tendo em conta, designadamente, a enorme publicidade que foi dada ao assunto através dos meios de comunicação social. Além disso, só uma pessoa absolutamente desinteressada do projeto, não procuraria saber de viva voz qual a decisão que a câmara tomou.

Acta da reunião de 17 de setembro de 2012

Por isso, das duas uma: ou o promotor se informou junta da câmara de qual o prazo que lhe foi concedido ou não se informou.

E se não se informou só pode significar que não tem qualquer interesse na concretização do projeto, como é óbvio.

Sendo certo que a declaração do promotor à Lusa, publicada no jornal Mirante no dia de ontem, em que garante que «vai respeitar e cumprir com a entrega da garantia de 1,1 milhão euros no segunda-feira, dia 17» (hoje), atesta, sem qualquer dúvida, de que estava bem ciente quer do prazo, quer da grande generosidade da câmara em ter aceitado prorrogar o prazo até ao dia de hoje.

Face ao exposto e até para evitar mais atrasos no correio, os vereadores do PSD votam contra qualquer prorrogação do prazo concedido.

Por outro lado, a fazer fé na justificação agora apresentada e no atraso na prestação da informação por nós já solicitada, temem os vereadores eleitos pelo PSD de que a Câmara venha a concluir que, afinal, o responsável pela redação do protocolo, sem a cláusula de reversão, foi o carteiro."



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e dezassete minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA